

SUMÁRIO

Capítulo 1

CONFLITOS SOCIETÁRIOS ORIUNDOS DE PACTOS SOCIETÁRIOS INCOMPLETOS OU NÃO CELEBRADOS.....

31

1.1.	INTRODUÇÃO.....	31
1.2.	POTENCIAIS CONFLITOS SOBRE AS PARTES.....	32
1.2.1.	A questão do número de Sócios por cabeça e o Controle	32
1.2.2.	A Pessoa Jurídica como Sócia e a Cessão Indireta de quotas	35
1.2.3.	Conclusão	38
1.3.	POTENCIAIS CONFLITOS SOBRE O PRAZO E O OBJETO DA SOCIEDADE	39
1.3.1.	Sociedade a prazo determinado ou indeterminado.....	39
1.3.2.	A relevância nesta distinção: retirada imotivada em Sociedade de Propósito Específico (SPE)	40
1.3.3.	O Recesso como saída estratégica	43
1.3.3.1.	A distinção fundamental.....	43
1.3.3.2.	A oportunidade estratégica.....	45
1.3.4.	Conclusão.....	46
1.4.	POTENCIAIS CONFLITOS SOBRE A DECLARAÇÃO DE INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL.....	47
1.4.1.	A Solidariedade perante a integralização e estimação dos bens, bem como a Corresponsabilização em caso de não comprovação do ato ..	47
1.4.2.	O problema da declaração inverídica do Capital Social	50
1.4.3.	Conclusão.....	51
1.5.	POTENCIAIS CONFLITOS SOBRE FUNÇÕES DE SÓCIOS.....	51
1.5.1.	A relevância em se prever por escrito funções esperadas dos Sócios..	52
1.5.2.	O não desempenho como causa de exclusão.....	53
1.5.3.	O cuidado com os Programas de Partnership.....	53
1.5.4.	Conclusão	54
1.6.	POTENCIAIS CONFLITOS SOBRE CAPITALIZAÇÃO.....	54
1.6.1.	Os abusos em Aumento de Capital.....	55

1.6.2.	A importância dos Pactos de capitalização.....	56
1.6.3.	O problema da Capitalização Informal	57
1.6.4.	Conclusão.....	59
1.7.	POTENCIAIS CONFLITOS SOBRE A ADMINISTRAÇÃO	59
1.7.1.	Regra geral sobre tomada de decisões empresariais	60
1.7.2.	Cuidados com a regulamentação da Administração.....	61
1.7.3.	A possibilidade de destituição em caso de delegação	63
1.7.4.	Conclusão.....	66
1.8.	POTENCIAIS CONFLITOS SOBRE DELIBERAÇÃO SOCIETÁRIA.....	66
1.8.1.	O abuso no direito de votar	68
1.8.2.	A questão dos quóruns	70
1.8.3.	O impedimento em caso de conflitos de interesses.....	73
1.8.4.	Conclusão.....	78
1.9.	POTENCIAIS CONFLITOS SOBRE CONVOCAÇÃO E COMUNICAÇÃO.....	79
1.9.1.	Os cuidados com as regras de convocação.....	79
1.9.2.	A ordem do dia e surpresas intencionais	81
1.9.3.	Conclusão	82
1.10.	POTENCIAIS CONFLITOS SOBRE PRESTAÇÃO DE CONTAS E ACESSO A DOCUMENTOS	82
1.10.1.	Os cuidados com as regras de Prestação de Contas	83
1.10.2.	Os cuidados com as regras de Acesso a Documentos	84
1.10.3.	Conclusão.....	85
1.11.	POTENCIAIS CONFLITOS SOBRE CESSÃO DE QUOTAS	85
1.11.1.	Regras que normatizem as Cessões de Quotas	86
1.11.2.	A Cessão de Quotas como instrumento suficiente para a transação ...	88
1.11.3.	Conclusão.....	89
1.12.	POTENCIAIS CONFLITOS SOBRE NÃO CONCORRÊNCIA.....	90
1.12.1.	Os limites da cláusula de não concorrência.....	92
1.12.2.	Cláusula de ampliação subjetiva.....	94
1.12.3.	Instrumentos de validação da restrição	95
1.12.4.	Não concorrência X Concorrência desleal.....	97
1.12.5.	Conclusão.....	98
1.13.	POTENCIAIS CONFLITOS SOBRE O PRAZO DE ACORDO DE SÓCIOS.....	99
1.13.1.	A (im)possibilidade de rescisão imotivada de Acordos a prazo indeterminado.....	99
1.13.2.	O período de eficácia como parâmetro de interpretação do prazo de vigência	102
1.13.3.	Conclusão.....	104
1.14.	POTENCIAIS CONFLITOS SOBRE DIVERGÊNCIAS ENTRE CONTRATO SOCIAL E ACORDO DE SÓCIOS.....	105

1.14.1. Introdução.....	105
1.14.2. A natureza parassocial do Acordo de Sócios	106
1.14.3. Distribuição temática: o que vai no Contrato Social e o que vai no Acordo de Sócios	108
1.14.4. A prevalência entre os instrumentos.....	109
1.14.5. Conclusão.....	111
1.15. CONCLUSÃO DO CAPÍTULO.....	112

Capítulo 2

RESOLUÇÃO DE CONFLITOS SOCIETÁRIOS PERANTE AS JUNTAS COMERCIAIS E O DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO EMPRESARIAL E INTEGRAÇÃO (DREI).....

115

2.1. INTRODUÇÃO.....	115
2.2. CONHECENDO ESTE NOVO AMBIENTE.....	116
2.2.1. A especialização do SINREM.....	117
2.2.2. O custo pecuniário e de tempo.....	119
2.2.3. Conclusão.....	120
2.3. A “JURISDIÇÃO” NAS JUNTAS COMERCIAIS E NO DREI	120
2.3.1. Os limites da “jurisdição”	120
2.3.2. O principal instrumento de resolução: requerimento de cancelamento.....	122
2.3.3. Fases do processo administrativo.....	124
2.3.4. A possibilidade de concessão de efeito suspensivo aos recursos administrativos do SINREM	127
2.3.5. Conclusão	128
2.4. ANÁLISE DE DECISÕES E POSSIBILIDADES DO SINREM	129
2.4.1. Introdução.....	129
2.4.2. Convocação substitutiva	130
2.4.3. Cancelamento por falsificação.....	132
2.4.4. Alteração sorrateira na parte da consolidação (troca de miolo).....	136
2.4.5. Cessão de quotas e posterior falecimento	137
2.4.6. Conclusão	141
2.5. CONFLITO DE NOMES EMPRESARIAIS.....	142
2.6. INDEPENDÊNCIA DAS ESFERAS ADMINISTRATIVA E JUDICIÁRIA	145
2.7. CONCLUSÃO DO CAPÍTULO.....	147

Capítulo 3

PRINCIPAIS CAUSAS MATERIAIS DOS CONFLITOS SOCIETÁRIOS

149

3.1. INTRODUÇÃO.....	149
3.2. RETIRADA	150
3.2.1. O direito de retirada.....	150

3.2.2.	O procedimento da retirada	151
3.2.3.	Lock up , Cláusula de permanência e Sociedade a prazo determinado.....	152
3.2.4.	O arrependimento.....	153
3.2.5.	A possibilidade de averbação pelos Sócios remanescentes	154
3.2.6.	A manifestação precisa ser inequívoca.....	155
3.2.7.	A faculdade de dissolver totalmente a Sociedade	156
3.2.8.	A responsabilidade do Sócio retirante.....	157
3.2.9.	Análise estratégica da Retirada em situações de Conflitos Societários.....	159
3.2.10.	Conclusão.....	161
3.3.	EXCLUSÃO DE SÓCIO	162
3.3.1.	Introdução.....	162
3.3.2.	A exclusão de Sócio por falta grave societária	163
3.3.2.1.	Falta grave societária	164
3.3.2.1.1.	<i>Affectio societatis</i> e a falta grave	164
3.3.2.1.2.	Como lidar com o conceito jurídico indeterminado	167
3.3.2.1.3.	Princípios norteadores	168
3.3.2.2.	Exclusão Extrajudicial de Minoritário	169
3.3.2.2.1.	Procedimento	171
3.3.2.2.2.	Sociedade com dois Sócios	172
3.3.2.2.2.1.	Desnecessidade de notificação prévia	173
3.3.2.2.3.	Sociedade com mais de dois Sócios	175
3.3.2.2.3.1.	A ordem do dia e a desnecessidade de reunião monotemática	176
3.3.2.2.3.2.	O quórum de aprovação	179
3.3.2.2.4.	A cláusula permissiva.....	180
3.3.2.2.4.1.	Possibilidade de previsão em Acordo de Sócios.....	182
3.3.2.2.4.2.	(Im)possibilidade de alteração para inclusão e aplicação para fatos anteriores	184
3.3.2.2.5.	Exclusão vazia.....	185
3.3.2.2.6.	Opção pela via judicial	188
3.3.2.3.	Exclusão parcial?	190
3.3.2.4.	Exclusão Judicial.....	191
3.3.2.5.	Conclusão	191
3.4.	Sócio Remisso.....	192
3.5.	Incapacidade de Sócio.....	193
3.5.1.	Introdução.....	193
3.5.2.	A superveniência da incapacidade	194

3.5.3.	Potencialidade da causa.....	194
3.5.4.	Previsão em pactos societários.....	196
3.5.5.	Conclusão.....	197
3.6.	Falência de Sócio.....	197
3.6.1.	Introdução.....	197
3.6.2.	Procedimento.....	198
3.6.3.	Conclusão.....	199
3.7.	Divórcio de Sócio.....	199
3.7.1.	Necessidade de reconhecimento prévio à meaçaõ das quotas	200
3.7.2.	Ex-cônjuge e <i>status socii</i>	201
3.7.3.	A condição jurídica do ex-cônjuge: o “sócio do sócio” e a “subsociedade”.....	202
3.7.4.	Legitimidade na Ação de Exigir Contas?	205
3.7.5.	Direito aos lucros e à apuração de Haveres?.....	207
3.7.5.1.	Direito à apuração de Haveres	208
3.7.5.1.1.	Aplica-se ao ex-cônjuge o critério de apuração e formas de pagamento previstos no pacto societário?	211
3.7.5.2.	Direito aos lucros	214
3.7.6.	Conclusão.....	217
3.8.	Liquidação pelo credor particular de Sócio.....	217
3.8.1.	Introdução.....	217
3.8.2.	O benefício de ordem	218
3.8.3.	Penhora e liquidação das quotas.....	218
3.8.4.	Conclusão.....	223
3.9.	Falecimento de Sócio.....	224
3.9.1.	Introdução.....	224
3.9.2.	Liquidação das quotas	225
3.9.3.	Ingresso dos Sucessores.....	225
3.9.4.	Relevância dos Pactos Societários quanto ao tema	225
3.9.5.	Os limites da atuação do inventariante na vida societária	227
3.9.6.	Conclusão.....	228
3.10.	CONCLUSÃO DO CAPÍTULO.....	229
Capítulo 4		
CONFLITOS SOCIETÁRIOS SOB O ASPECTO PROCESSUAL E ESTRATÉGICO		231
4.1.	INTRODUÇÃO.....	231
4.2.	AÇÕES DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA ÚTEIS EM CONFLITOS SOCIETÁRIOS.....	232
4.2.1.	Ação de Protesto contra alienação de bem	234
4.2.1.1.	Introdução.....	234
4.2.1.2.	Utilização em contextos de Conflitos Societários.....	235

4.2.1.3.	Conclusão	237
4.2.2.	Ação de Produção Antecipada de Provas	240
4.2.2.1.	Introdução	240
4.2.2.2.	Os benefícios do instituto.....	242
4.2.2.3.	Utilização em contextos de Conflitos Societários	243
4.2.2.4.	A produção de provas e o fishing expedition	248
4.2.2.5	Conclusão	250
4.2.3.	Conclusão quanto às Ações de Jurisdição Voluntária	253
4.3.	A RELEVÂNCIA DA ESTRATÉGIA PROBATÓRIA EXTRAJUDICIAL	254
4.3.1.	Introdução.....	254
4.3.2.	Notificações Extrajudiciais.....	255
4.3.3.	Reuniões ou Assembleias Virtuais de Sócios	257
4.3.4.	Conclusão.....	260
4.4.	TUTELAS DE URGÊNCIA MAIS FREQUENTES.....	261
4.4.1.	Os contornos do requerimento	262
4.4.1.1.	O que pedir?	262
4.4.1.2.	A necessária congruência	263
4.4.2.	Exclusão liminar dos quadros societários	264
4.4.3.	Suspensão da condição de sócio	265
4.4.4.	Destituição do Administrador e nomeação do Autor	266
4.4.5.	Destituição do Administrador e nomeação de Administrador Judicial	267
4.4.6.	Nomeação de Interventor-Observador dos atos de Gestão	268
4.4.7.	Sustação da realização de Assembleia.....	269
4.4.8.	Reintegração de Sócio excluído	271
4.4.9.	Bloqueio de patrimônio	272
4.4.10.	Suspensão dos efeitos de Acordo de Sócios.....	273
4.4.11.	Como dar efetividade às Tutelas de Urgência?	274
4.4.12.	Conclusão sobre as Tutelas de Urgência	275
4.5.	ASPECTOS PROCESSUAIS DAS AÇÕES DE DISSOLUÇÃO	276
4.5.1.	Dissolução Parcial	277
4.5.1.1.	Introdução	277
4.5.1.2.	Causas do rompimento parcial e cabimento da ação	279
4.5.1.3.	Objeto da ação: pedidos a serem corretamente formulados	282
4.5.1.4.	Cumulação de pedidos na ação de dissolução parcial	283
4.5.1.5.	Legitimidade ativa.....	285
4.5.1.6.	Legitimidade passiva e litisconsórcio necessário	288
4.5.1.7.	Procedimento: resposta dos réus, fases processuais e sentença parcial.....	289

4.5.1.8.	Apuração de haveres: critério de cálculo e procedimento de liquidação.....	293
4.5.1.9.	Conclusão	299
4.5.2.	Dissolução Total.....	300
4.5.2.1.	Introdução.....	300
4.5.2.2.	Espécies de Dissolução Total	301
4.5.2.2.1.	Dissolução total de pleno direito ou extrajudicial.....	301
4.5.2.2.1.1.	Procedimento	304
4.5.2.2.2.	Dissolução total judicial	304
4.5.2.2.2.1.	Procedimento	305
4.5.2.3.	Conclusão	306
4.5.3.	Conclusão quanto aos aspectos processuais da Dissolução	307
4.6.	ASPECTOS PROCESSUAIS DA CORRESPONSABILIZAÇÃO	308
4.6.1.	Introdução.....	308
4.6.2.	Incidente de Corresponsabilização.....	309
4.6.3.	Nem tudo é IDPJ: a situação da extinção irregular.....	311
4.6.3.1.	Sucessão processual ou desconsideração da personalidade jurídica? A consolidação da via processual adequada	313
4.6.3.2.	A questão dos limites da responsabilidade: a analogia sucessória e seus pontos cegos.....	315
4.6.3.3.	A aplicação do artigo 1.080 do Código Civil e a tese da responsabilidade ilimitada por deliberação ilícita.....	318
4.6.3.4.	Conclusão e sistematização prática	320
4.6.4.	Ajuizamento em autos apartados?	321
4.6.5.	Os pressupostos materiais da corresponsabilização dos Sócios.....	324
4.6.6.	A desconsideração <i>per saltum</i>	326
4.6.7.	A desconsideração atributiva.....	328
4.6.8.	A desconsideração da personalidade jurídica e os demais instrumentos de responsabilização.....	332
4.6.9.	A questão da sucumbência.....	336
4.6.10.	Conclusão.....	340
4.7.	ASPECTOS PROCESSUAIS DAS AÇÕES CONTRA ADMINISTRADORES	341
4.7.1.	Introdução.....	341
4.7.2.	A relação entre Administrador, Sociedade e Sócios.....	341
4.7.3.	Ações típicas contra Administradores.....	343
4.7.4.	A blindagem comum: quitus.....	345
4.7.5.	Conclusão.....	349
4.8.	ASPECTOS PROCESSUAIS DAS AÇÕES SOBRE DELIBERAÇÕES.....	350
4.8.1.	Introdução.....	350

4.8.2. Ações típicas sobre Deliberações	351
4.8.3. Conclusão	352
CONCLUSÃO	355
EPÍLOGO DA 2ª EDIÇÃO.....	359
RECADO AO LEITOR	363
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	365